

# Introdução ao SPED ECD

Ministrante: Denner Rodrigues

03 de Abril de 2024

# Conteúdo do Treinamento

- O que é o SPED ECD (IN RFB Nº 2.003/2021);
- Quem está obrigado;
- Prazo;
- Configurações e Emissão;
- Assinaturas;
- Recuperação SPED ECD Anterior;
- Tira-dúvidas;

# O que é o SPED ECD?

‘Art. 2º A ECD compreenderá a **versão digital** dos seguintes livros:

I - **Diário** e seus auxiliares, se houver;

II - **Razão** e seus auxiliares, se houver; e

III - **Balancetes Diários e Balanços**, e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.’

## Quem está obrigado ao SPED ECD?

‘Art. 3º Deverão apresentar a ECD as **pessoas jurídicas**, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, **obrigadas a manter escrituração contábil** nos termos da legislação comercial.’

# Quem está obrigado a manter escrituração contábil?

‘Art. 1.179. O **empresário e a sociedade empresária** são obrigados a seguir um **sistema de contabilidade**, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

§ 2º É **dispensado** das exigências deste artigo o **pequeno empresário** a que se refere o **art. 970**.’

Art. 970. A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao **pequeno empresário**, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.’

---

‘Art. 68. Considera-se **pequeno empresário**, para efeito de aplicação do disposto nos **arts. 970 e 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)**, o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta Lei Complementar que aufera receita bruta anual até o limite previsto no **§ 1º do art. 18-A**.’

## Quem não está obrigado ao SPED ECD?

- Optantes pelo Simples Nacional;
- Órgãos públicos, autarquias e fundações públicas;
- PJ Inativa;
- Imunes e Isentas com receita inferior a 4,8 milhões;
- Lucro Presumido sem contabilidade completa, apenas com Livro Caixa (Art. 45º da Lei Nº 8.981/1995);
- Itaipu Binacional;

## Qual o Prazo do SPED ECD?

‘Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) **até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente** ao ano-calendário a que se refere a escrituração.

§ 1º O prazo para entrega da ECD **será encerrado às 23h59min59s** (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do **dia fixado para entrega da escrituração.**’

## Qual o Prazo do SPED ECD em Situação Especial?

‘§ 3º Nos casos de **extinção** da pessoa jurídica, **cisão parcial**, **cisão total**, **fusão** ou **incorporação**, a ECD deve ser entregue pela pessoa jurídica extinta, cindida, fusionada, incorporada e incorporadora, observados os seguintes prazos:

I – se o evento ocorrer no período compreendido entre **janeiro e maio**, a ECD deve ser entregue até o **último útil do mês de junho** do mesmo ano; ou

II – se o evento ocorrer no período compreendido entre **junho e dezembro**, a ECD deve ser entregue **até o último dia útil do mês subsequente** ao do evento.’



# Retificação/Substituição do SPED ECD

‘Art. 8º A ECD autenticada somente pode ser substituída caso contenha **erros que não possam ser corrigidos por meio de lançamento contábil extemporâneo**, conforme previsto nos itens 31 a 36 da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2000 (R1) – Escrituração Contábil, do Conselho Federal de Contabilidade, publicada em 12 de dezembro de 2014.

§ 1º Na hipótese de substituição da ECD, sua autenticação será cancelada e deverá ser apresentada ECD substituta, à qual deve ser anexado o Termo de Verificação para Fins de Substituição, o qual conterá:

§ 4º A substituição da ECD prevista no caput **só poderá ser feita até o fim do prazo de entrega da ECD relativa ao ano-calendário subsequente.**’

# Multas

‘Art. 11. A pessoa jurídica que deixar de apresentar a ECD nos prazos fixados no art. 5º, ou que apresentá-la com incorreções ou omissões, **fica sujeita às multas previstas no art. 12 da Lei nº 8.218, de 1991**, sem prejuízo das **sanções administrativas, cíveis e criminais** cabíveis, aplicáveis inclusive aos **responsáveis legais**.

Parágrafo único. As multas a que se refere o caput **não se aplicam à pessoa jurídica não obrigada a apresentar ECD nos termos do art. 3º, inclusive à que a apresenta de forma facultativa** ou esteja obrigada por força de norma expedida por outro órgão ou entidade da administração pública federal direta ou indireta que tenha atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização.’

**Obrigado!**